

“PANFLETOS APÓCRIFOS”: PRÁTICA DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES 2010 NA PARAÍBA¹

Maria Isabel Pia dos Santos²

1 Introdução

Na Paraíba, o segundo turno das eleições ao cargo eletivo de governador em 2010 teve repercussões a partir da distribuição de “panfletos apócrifos”³ por diversos municípios deste estado, cujo conteúdo imprimia, entre outras coisas, acusações de “práticas satânicas” a determinado candidato que estava disputando este pleito, bem como sob as religiões afro-brasileiras e, com isso, configurando-se como prática de intolerância religiosa. Agregado a isto, tece-se uma trama estratégica-eleitoral com o intuito de provocar uma “mudança de comportamento nos votantes” a partir da polarização do campo político paraibano com estes panfletos. Em decorrência disto, este artigo tem o objetivo de expor uma reflexão socioantropológica acerca desta situação a fim de discutir esta “violência simbólica”.

Para compreender tal situação, dividimos o artigo em dois momentos: primeiro, **Breve discussão acerca da relação religião-política**, no qual problematizamos as conexões entre religião e política, partindo das contribuições teóricas de Oro, Burity, Bohn, dentre outros, pois se faz necessário adentrarmos neste universo para entendermos as controvérsias que emanam dele. Já no segundo momento, **“Panfletos apócrifos” no segundo turno das eleições 2010 na Paraíba**, nos deteremos a reflexão, propriamente dita do artigo, ou seja, os “panfletos apócrifos” no jogo-político paraibano em 2010, que traziam em seu conteúdo a ideia de “demônio” estereotipada num candidato ao pleito governamental e nas religiões afro-brasileiras, relacionando-as a

¹ Este artigo é parte do meu Trabalho Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências das Religiões, modalidade licenciatura, semestre 2013.2, da Universidade Federal da Paraíba. Esta temática de estudo está sendo também ampliada no mestrado.

² Mestranda em Ciências das Religiões (PPGCR-UFPB). Graduada em Ciências das Religiões (UFPB). Integrante do Grupo de Pesquisa Raízes (UFPB-CNPq). Email: maria.isabel.ps@gmail.com

³ Afinal, o que significa apócrifo? O vocábulo apócrifo, do grego *apókryphos* e do latim *apocryphus*, está relacionada a secreto, oculto. “No século IV, após a definição do Cânon da Bíblia, o termo tornou-se **pejorativo (tomou o sentido de falso, suposto)** e passou a designar os textos não incluídos no *corpus* bíblico por se tratarem de obras sem o reconhecimento eclesial [...]” (JUNOD, 2004; PERETTO, 1995; AZEVEDO, 1997 apud SANT’ANNA, 2006, p. 3, grifo nosso). Tal termo “na antiguidade, era atribuído a livros cujo acesso era reservado aos iniciados ou que não se deviam ler em público. **Desde o século IV, isto é, depois que foi fixado e fechado o “cânon” das Sagradas Escrituras, o nome tomou na Igreja cristã uma conotação negativa, ao mesmo tempo uma significação bastante imprecisa:** são declarados apócrifos livros não canônicos que, em certos casos, teriam sido compostos ou utilizados por hereges e que seriam posteriores aos textos canônicos.” (JUNOD, 2004, pp. 167-168 apud TOMMASO, 2006, p. 51, grifo nosso). O significado desta terminologia reforçou o conteúdo de acusação que estes panfletos traziam.

“forças ocultas”, “práticas satânicas”, etc. e, com isso, ocasionando uma “violência simbólica” e a prática de intolerância religiosa. Perante isto, esta pesquisa é documental e qualitativa.

2 Breve discussão acerca da relação religião-política

Para Novaes (2001, p. 61), religião e política são dois elementos diferentes da vida social, por conformar espaços sociais diversos, com instituições, finalidades e inserções temporais. Entretanto, esta autora ressalta que os limites entre ambas não são fixos e impenetráveis, permitindo que essas se tangenciem e provoquem discussões, em especial, nos períodos eleitorais. Isto em tempos muito recentes, mas historicamente não foi assim, muito menos na região Nordeste, como exemplo, temos o caso de Padre Cícero em Juazeiro do Norte no Estado do Ceará, já estudado por vários autores.

Percebe-se que os entrecruzamentos entre política e religião nas eleições partem, em especial, do êxito ou fracasso dos candidatos religiosos [ou não] estarem ligados há instituições religiosas ou em virtude de suas proximidades com essas (ORO, 2001, p. 9), ora gerando controvérsias, ora vínculos, mas não rompimentos, pois, no transcorrer do tempo, observa-se que as fronteiras entre religião e política não obedecem “a uma lógica linear ou ditame de leis irresistíveis do desenvolvimento histórico” (BURITY, 2001, p. 30) – não levando, de fato, a cortes e sim a congruência entre ambas.

No contexto brasileiro, segundo Bohn (2007, p. 367), nota-se que no transcorrer “dos últimos anos vêm se acumulando estudos que apontam para a crescente relevância do pertencimento religioso como variável para entender o comportamento político de determinados atores políticos e grupos sociais no caso brasileiro”. Tal autora ainda destaca que existem outros estudos que ampliam essa percepção, ao evidenciarem que a religião não é apenas uma variável relevante, mas que existe uma uniformidade na maneira de alguns grupos religiosos se relacionarem no contexto político no Brasil e isso se configura, em especial, no caso dos indivíduos que pertencem a denominações evangélicas.

Atrelado a isso, tem-se que “o partido político no Brasil não é tido como principal critério de escolha do candidato porque apresentamos uma característica acentuadamente personalista” (MAINWARING, 1991 apud BANDINI, 2003, p. 51), isto é, as estratégias e/ou campanhas eleitorais partem do critério de pertencimento, o que nos leva a questão da “homogeneidade no comportamento eleitoral dos votantes”

(BOHN, 2007, p. 367). Além do que “adotamos o processo eleitoral como um processo não somente político como também social, no qual podemos, nas palavras de Weber, ‘entender a ação social’, isto é, compreender o elemento interno que anima a ação do indivíduo em relação ao outro” (WEBER, 1991 apud BANDINI, 2003, p. 9). Tem-se ainda que “o apelo religioso de viés moralista, [...], visa diretamente ao eleitor conservador, esse ser presumivelmente mais sensível a uma interpelação de caráter religioso” (PIERUCCI, 2011, p. 10).

De fato, algumas estratégias eleitorais partem da questão de pertencimento religioso com o intuito de publicizar a identidade religiosa e, com isso, angariar votos ou fomentar a desqualificação e/ou rejeição do candidato de oposição perante indivíduos de outros credos [eleitores] (ORO, 2001, p. 16-17). Isto acontece, especialmente, quando se trata de diferentes expressões religiosas e historicamente conflituosas. Logo, o embate político-religioso é caracterizado também pela “violência simbólica” (FERRETI, 2005, p.8-9) e, conseqüentemente, pode levar a prática de crime de intolerância religiosa. Isto acontece porque

o vínculo entre religião e política, de um lado, e o deslocamento da fronteira público/privado, de outro, não significam necessariamente um "passo à frente", algo que devemos acolher como inequivocamente positivo. Em alguns casos, o processo tem dado lugar a retrocessos, com o acirramento da intolerância e do que Freud chamou de narcisismo das pequenas diferenças (cf. Freud, 1976:127-31; Birman, 1994:132-35), bem como a perda ou estreitamento da liberdade de indivíduos e grupos dissidentes ou marginais em relação à representação dominante da comunidade cultural ou da tradição religiosa que ascendem politicamente. (BURITY, 2001, p.34).

O aspecto da intolerância religiosa, exposto pelo autor anterior, é um elemento que também permeia o objeto de estudo desta pesquisa e fomenta o embate político-religioso no contexto paraibano, quando as religiões afro-brasileiras são utilizadas e se inverte, por exemplo, seus valores de culto, imputando-lhes um viés demoníaco, gerando um campo de tensões que tendem a legitimação de discursos.

Outrossim, a discussão feita por Pierucci sobre as eleições presidenciais de 2010, quando constata a presença de “tanta religião assim nas eleições” (PIERUCCI, 2011, p. 5), e mostra os efeitos e o papel da religião no jogo político-partidário, contribuiu para o nosso entendimento de como se coloca o conflito político-religioso na Paraíba no mesmo ano. Isto forma um campo de forças que tende a subversão das relações sociais, no sentido de que as condutas de seus sujeitos estão, de certa forma,

condicionadas “por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo” (BOURDIEU, 2011, p. 201). O que nos leva as contribuições de Pierre Bourdieu, que ao esmiuçar a gênese e estrutura do campo religioso e observar a dinâmica que o permeia, bem como a relação entre as estruturas dos sistemas simbólicos e as estruturas sociais (Id, 2009, p. 27-98). Conforme Bourdieu, “a noção de campo político tem muitas vantagens: ela permite construir de maneira rigorosa essa realidade que é a política ou o jogo político [permitindo] comparar essa realidade construída com outras realidades”, por exemplo, com o campo religioso, o campo artístico, etc. (BOURDIEU, 2011, p. 195), já que

O que mais se aproxima do campo político é o campo religioso: nesse caso também, uma parte muito importante do que nele ocorre é o efeito de relações internas. Foi isso que, sem a noção de campo, Max Weber descreveu muito bem; as relações entre o padre, o profeta e o feiticeiro são determinantes do essencial daquilo que se passa no campo religioso. O padre excomunga o profeta, o profeta desrotiniza a mensagem do clero... Passam-se inúmeras coisas entre eles, mas sob a arbitragem dos leigos, que podem ou não seguir um profeta, desertar as igrejas ou continuar a frequentá-las. Nesse sentido, o campo religioso se assemelha bastante ao campo político, o qual, apesar de sua tendência ao fechamento, permanece submetido ao veredito dos leigos (Ibid, p. 201).

Para compreender as proximidades entre o campo político e religioso, Pierre Bourdieu destrinchou os elementos e a operacionalização desse último, com o intuito de ilustrar que os posicionamentos dos sujeitos interferem na dinâmica do campo ou no “estado do campo” (Ibid. 201-202), seja esse político ou religioso, determinando outra lógica social, a partir do desenvolvimento ou rompimento de articulações.

3 “Panfletos apócrifos” no segundo turno das eleições 2010 na Paraíba

O segundo turno das eleições 2010 no Estado da Paraíba foi marcado pela prática de intolerância religiosa, preconceito e violência contra as religiões afro-brasileiras. Essa situação desencadeou-se a partir da distribuição de panfletos, denominados “panfletos apócrifos”, cujo conteúdo estereotipava a ideia de “demônio” nas religiões afro-brasileiras, relacionando-as a “forças ocultas”, “práticas satânicas”, etc. Este fato foi noticiado em 27 de outubro de 2010, quarta-feira, pelo site de notícias Terra, com o seguinte título: *PB: municípios amanhecem com panfletos contra Ricardo Coutinho*. Os municípios paraibanos amanhecem repletos de panfletos – já haviam sido apreendidos antes pela Polícia Federal –, chamados de “panfletos apócrifos”, contra o

candidato Ricardo Coutinho. O título do panfleto era “A verdade da aliança de Ricardo Coutinho com as forças do mal”, com a acusação de ter “pacto com o demônio” e ter consagrado João Pessoa a satanás (TERRA, 2010).

Em decorrência deste “pacto”, o candidato Ricardo Coutinho espalhou seis “estátuas demoníacas” (nesta notícia apresentadas como pagãs) enquanto ainda era prefeito, pela capital paraibana e as imagens eram mostradas para demonstrar a situação. Havia a ressalva de que a sétima seria colocada quando o candidato ganhasse as eleições em “homenagem ao próprio satanás”, bem como apresentava uma foto em que o candidato estava ao lado de integrantes das religiões afro-brasileiras (TERRA, 2010). A seguir, pode-se ver a imagem deste panfleto e algumas considerações.

Figura 2 – Foto do “panfleto apócrifo”
Fonte: Beth Torres (2010)/Especial Terra

Num primeiro olhar, o que a imagem acima nos evoca? Que características chamam atenção? De início, podemos ver seis “estátuas” e o candidato Ricardo Coutinho junto de pessoas que pertencem às religiões afro-brasileiras são fotografias de num possível ritual. Porém, a primeira, *Porteiro do mesmo nome*), de Jackson *Bênçãos a Nossa Senhora* (no panfleto, o *Infeliz das costas ocas*”), de Marco Aurélio Damasceno; a terceira, *Cavaleiro Alado* (no panfleto, “Cavalo do cão”), de Wilson Figueiredo; a quarta, *Guardião da Cidade* (no panfleto, “Pomba-Gira”), de Evanice dos Santos Silva; a



olhar, o que a imagem características chamam podemos ver seis “estátuas” Coutinho junto de pessoas que pertencem às num possível ritual. Porém, esculturas de artistas locais: *Inferno* (no panfleto, o *Ribeiro*; a segunda, *As das Neves* (denominada no

quinta, *A Pedra do Reino* (no panfleto, “Estátua da Lagoa”), de Miguel dos Santos; e finalmente a sexta, *Revoar*, de Luiz Barroso (no “panfleto apócrifo”, “Anjos caídos”)⁴. Já a imagem com as pessoas pertencentes às religiões afro-brasileiras, na verdade, trata-se de uma comemoração do dia da consciência negra numa escola municipal em João Pessoa, que contou com a presença de lideranças da cultura e religião afro-brasileiras, professores, secretária de educação e representantes do movimento negro no estado e não demonstra um ritual religioso, logo à foto foi oriunda desse evento⁵.

Observa-se o “uso prático da religião” (WEBER, 2004, p. 26) na campanha eleitoral do segundo turno 2010 na Paraíba não apenas alicerçadas em discursos, mas utilizando-se da arte – peça relevante que tende a desempenhar uma função pedagógica também, à medida que mobiliza e revive diversos contextos, neste caso o religioso, em especial, afro-brasileiro – para representar um cenário que tem como “pano de fundo” a questão do mal, fator historicamente construído a partir de um viés evolucionista. Tal arte também foi usada para evidenciar esta questão, no sentido de que as esculturas estão situadas em vários giradouros da cidade, locais tomados como demoníacos, vistos nestes materiais como encruzilhadas, o que terminou por reforçar o discurso acusatório, posto que estes sejam espaços para depósito de oferendas aos Exus e Pombagiras. Como ressalta Prandi (1996, p. 139-164), “todos os Exus são donos das encruzilhadas, onde devem ser depositadas as oferendas que lhes são dadas”.

O mal, na figura do diabo, faz parte do imaginário popular, constituindo-se como ser de desencantamento, ações maléficas, magia negra, etc., tornando-se estigma, por exemplo, para entidades das religiões afro-brasileiras, da qual a Pombagira (entidade citada nestes panfletos) faz parte. Tem-se um discurso acusatório, fincado numa justificativa teológica cristã para “acusar de demoníacas as crenças de outros povos [ou outras denominações religiosas, como as afro-brasileiras], para manter a ortodoxia de uma fé” (MARIZ, 1997, p. 52). Agregado a isto, tem-se uma tendência a instauração de uma nova inquisição (“pós-inquisição”) e, simultaneamente, a apropriação e ressignificação, ao se colocar ou apresentar “valores invertidos” dos elementos

⁴ Realizei uma pesquisa de campo no dia 15/07/2013, na qual visitei todas as esculturas e fiz o registro fotográfico delas, bem como algumas anotações. Percebi que três estavam sem as placas de identificação, possivelmente arrancadas e outras deterioradas. Logo, só pude identificar as esculturas: *Cavaleiro Alado*, *A Pedra do Reino* e *As Bênçãos a Nossa Senhora das Neves*. As demais, disponível em: <<http://www.patosonline.com/interna.php?modulo=publicacao&codigo=14837>>. Acessado em: 11/08/13.

⁵ Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/funjope-divulga-vencedoresdo-concurso%C2%91jackson-ribeiro%C2%92/>>. Acessado em: 11/08/13.
E, disponível em: <<http://www.patosonline.com/interna.php?modulo=publicacao&codigo=14837>>. Acessado em: 11/08/13.

simbólicos das religiões afro-brasileiras por parte desses e, com isso, praticando uma “violência simbólica” (FERRETI, 2005, p. 8-9).

Outra questão nesta dotação de “valor as avessas” está relacionada ao sincretismo à medida que depositou “nas religiões dos orixás valores e noções completamente estranhos ao pensamento africano, impôs aos seguidores dos orixás a obrigação de ritos próprios da igreja e transformou profundamente divindades centrais do culto africano” (PRANDI, 2005, p. 67-68). Isto importou para os orixás um modelo antagônico ausente no pensamento africano, ou seja, a ideia de bem (virtude) e mal (pecado), que preside as ações humanas e, com isso, dando outro formato a essa religião e outro papel a Exu, que preencheu o “lado satânico do esquema deus-diabo” (Ibid, p. 75-77).

Na Umbanda, tal compreensão dos exus recai sobre a de Pombagira, “associada ao estereótipo da prostituta, da “mulher de rua”, que se veste com roupas escandalosas, exhibe atitudes obscenas, linguagem vulgar e gestos escrachados”, configurando-se como entidade das trevas, sendo cultuada em cemitérios e encruzilhadas (SILVA, 2005, p. 123). Percebe-se que o imaginário do diabo vinculado às divindades afro-brasileiras (Exus e Pombagiras), é explorado e construído de diferentes formas na sociedade, mas estabelecendo sempre interfaces negativas, contraditórias e tornando-se uma panacéia para as articulações eleitorais, como foi o caso da Paraíba em 2010.

Contudo, a questão do mal incita medo e fomenta diversos imaginários na sociedade, podendo muitas vezes ser utilizada para embates políticos perante um contexto de maioria religiosa cristã (IBGE, 2010), como foi o caso das eleições 2010 na Paraíba. O que nos leva a pensar, por exemplo, que as relações entre religião e política e suas transformações, apontam “[...] para uma presença mais performática da religião na sociedade do que estrutural ou orgânica. Por outro lado, esta tendência à performance não encontramos apenas na religião, mas também na política”, tornando suas relações mais engajadas (STEIL, 2001, p. 83). Além do que, percebe-se a emergência de temas religiosos, ou ainda a instrumentalização desses, no campo político (BURITY, 2008, p. 85; MARIANO; ORO, 2010 apud SILVA; MARIANO, 2011, p. 3).

Constrói-se o universo político-religioso paraibano com a retomada do sagrado nos processos eleitorais em 2010. A intenção disto é fazer com que haja um “consumo deste repertório”. Mas vem o seguinte questionamento: por que este “retorno do sagrado”, em especial, na política?

Recentemente, no entanto, fala-se do “retorno do sagrado” e sugere-se que a religião, em um contexto de mundialização da cultura [...] e de afloramento de identidades (étnicas, raciais, etc), vem ganhando terreno, não como princípio organizativo social, mas como elemento aglutinador de uma identidade – identificação religiosa – que mobiliza para a ação coletiva, tanto social como política. (ORTIZ, 1997, 2001 apud BOHN, 2007, p. 369).

Todavia um “retorno”⁶ que incita controvérsias no contexto político e que tem seus reflexos no social, pois, em algumas circunstâncias como essa em questão, em que o campo é polarizado – no sentido de que as religiões afro-brasileiras em nosso estudo de caso foram trabalhadas por um viés “negativo” e confrontadas com valores cristãos, tomados como positivos – com o intuito de estimular mudanças de posicionamento dos eleitores, percebe-se que o fator religião gera um repertório de ações conflituosas. Como foi dito antes, acaba por acentuar os atos de intolerância religiosa que já existem na sociedade e, conseqüentemente, em crime, segundo a Lei 7.716/89 alterada pela Lei 9.459/97, que dispõe sobre os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional e suas penalidades.

As controvérsias em torno das acusações ao candidato Ricardo Coutinho se desdobraram envolvendo vários atores sociais: entidades vinculadas aos movimentos negros, comunidades de terreiro, pastores, a igreja católica, em especial, a diocese de Campina Grande, dentre outros. Ocorreram movimentos de denúncias ao crime de intolerância religiosa e racismo, claramente praticada na perspectiva de um conjunto de atores sociais, bem como diversos posicionamentos no que diz respeito à relação política e religião. No primeiro caso, organizações que agem na luta contra racismo, intolerância religiosa e preconceito se uniram e divulgaram nota de repúdio (PARLAMENTO PB, 2010; GELEDÉS, 2010). Posteriormente, aconteceu uma caminhada na praia do Cabo Branco contra a intolerância religiosa (PARAÍBA, 2010; ILÊ ASÈ OMIDEWÁ, 2010), a “1ª Caminhada pela Liberdade Religiosa e Resistência, Jurema, Umbanda e Candomblé”, com o seguinte tema: “é direito de todos e todas escolher e praticar sua religião”, na qual estiveram presentes representantes e adeptos das religiões de matrizes africanas da Paraíba, associações, federações, terreiros e etc. Além disso, houve ação do Ministério Público Federal (MPF), que elaborou nota de repúdio por meio da Procuradoria Regional Eleitoral na Paraíba (PR/PB) e da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDCP), contra as manifestações de

⁶ A palavra retorno está entre aspas (“”), no sentido de que não há, de fato, uma volta do sagrado, esse sempre esteve presente na sociedade, ora com mais intensidade, ora menos.

intolerância religiosa e racismo na Paraíba (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2010).

Já com relação aos posicionamentos acerca da relação política e religião, tivemos as manifestações de um pastor evangélico, que buscou esclarecer as acusações de pacto com o demônio feitas a Ricardo Coutinho nos “panfletos apócrifos” e na mensagem eletrônica intitulada “Ricardo Coutinho consagra João Pessoa a Satanás”. Para o referido pastor a decisão do voto deveria ser “tomada apenas pela análise das ideias propostas dos candidatos que, diga-se de passagem, são boas opções, tem boas propostas, mas com modelos de gestão bem diferenciados” (PATOS ONLINE, 2010). O posicionamento desse pastor torna a controvérsia interessante na medida em que desequilibra o jogo acusatório, demonstrando que o universo cristão, naquela disputa, não se mostrava unificado em torno da diabolização das religiões afro-brasileiras.

Na ocasião, também foi escrita a *Carta da Escola de Fé e Política*, de setores ligados a Igreja Católica, sobre o momento eleitoral, que ressaltava a importância de uma campanha eleitoral que prezasse por projetos em benefício da sociedade e enfatizava que a religião não deveria ser usada nos ditames políticos, nem tão pouco como “âncora” para estabelecer opiniões de um grupo sob outro (CEFEP, 2010).

Tais percepções revelam os eleitores perante o jogo político, ou melhor, “jogo discursivo”, que se estabelece entre política e religião, assim como demonstra, inicialmente, como os motes religiosos acendem este discurso (LEAL; SILVA 2011, p. 3-5).

Considerações finais

Refletir a respeito do cruzamento da religião com política, em especial, quando a última se apropria da primeira, visando criar controvérsias nos períodos eleitorais ao fornecer subsídios para “legitimar” ações no jogo político-partidário em detrimento de outras religiões, como as religiões afro-brasileiras, configurando-se numa “violência simbólica”. Outrossim, os “panfletos apócrifos” foram a “pólvora” das disputas eleitorais paraibanas e, no mesmo compasso, acendeu a intolerância religiosa sob as religiões afro-brasileiras presente na sociedade. Agregado a isto, constituem-se como “objeto utilitário” instrumentalizado durante este período a fim de mudar o posicionamento dos eleitores. Todavia, se nota que entre os discursos presentes nestes panfletos, a intolerância religiosa emerge como um “[...] tema de fronteira entre

Religião e Política”, presente desde Antiguidade (FONSECA; GIACOMINI, 2013, p. 27), no sentido de que não é algo “novo”, mas “novo” é a forma que emerge no contexto atual.

Referências

BANDINI, Claudirene de Paula. *Religião e política: a participação política dos pentecostais nas eleições de 2002-2003*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

BRASIL. *Lei nº 7.716*, de 5 de janeiro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 15 fev. 2014.

BRASIL. *Lei nº 9.459*, de 13 de maio de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9459.htm>. Acesso em: 15 fev. 2014.

BOHN, Simone R. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). *Opinião pública*, Campinas, v. 13, n. 2, nov./2007, p. 366-387. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000200006>. Acesso em: 01 de maio de 2013.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6274/5133>>. Acesso em: 29 out. 2013.

BURITY, Joanildo A. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Revista de estudos da religião*, n. 4, 2001, p.27-45. Disponível em: <www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_burity.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2013.

_____. Religião, política e cultura. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 20, n. 2, p. 83-113, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v20/v20n2a05.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2013.

CEFEP. Carta da Escola de Fé e Política sobre o momento eleitoral. Disponível em: <http://www.cefep.org.br/divulgacao/nota_diocese_campina_grande>. Acesso em: 15 jan. 2014.

FERRETI, Sergio F. Religiões afro-brasileiras e pentecostalismo no fenômeno urbano. *VII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões – ABHR*. Belo Horizonte, maio de 2005, p.1-12. Disponível em: <<http://www.gpmina.ufma.br/pastas/doc/Rel%20Afro%20e%20Pentecostalismo.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

FONSECA, Denise Pini Rosalem da; GIACOMINI, Sonia Maria. *Presença do axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013.

GELEDÉS. *Intolerância religiosa e racismo*. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/equidade-racial-nordeste/7905-intolerancia-religiosa-e-racismo>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/download/pb_censodemog2010_relig.csv>. Acesso em: 15 fev. 2014.

ILÊ ASÊ OMIDEWÁ. *Caminhada contra intolerância acontece na praia do Cabo Branco*. Disponível em: <http://omidewa.com.br/public_html/arquivos/7>. Acesso em: 27 jan. 2012.

LEAL, Luana Aparecida Matos; SILVA, Edvania Gomes da. A inserção do discurso religioso no contexto político. In: 2º Colóquio de Linguística. *Anais...* nov. 2011. Disponível em: < <http://www.coloquiodelinguistica.com.br/trabalhos/1.pdf> >. Acesso em: 13 abr. 2012.

MARIZ, Cecília Loreto. O Demônio e os Pentecostais no Brasil. In: BIRMAN, Patrícia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira (Org). *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1997. p. 45-61.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Nota de repúdio - manifestações de intolerância religiosa e racismo na Paraíba*. Disponível em: <<http://www.prpb.mpf.gov.br/menu-esquerdo/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa-1/2010/27-10-2010-nota-de-repudio>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

NOVAES, Regina Reyes. A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, p. 60-81, mar./maio 2001. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/49/05-regina.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2013.

ORO, Ari Pedro. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre (RS). *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 2, n. 3, set./2001. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/2707>>. Acesso em: 01 de maio de 2013.

_____. Políticos e religião no Rio Grande do Sul – Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 161-179, jul. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832001000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 out. 2013.

PARAÍBA. *Caminhada marca luta contra intolerância religiosa*. Disponível em: <<http://www.paraiba.com.br/125054/cidades/caminhada-marca-luta-contraintolerancia-religiosa.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

PARLAMENTO PB. *Entidades afro protocolam repúdio à intolerância religiosa nas eleições da PB*. Disponível em: <<http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?entidades-afro-protocolam-repudio-a-intolerancia-religiosa-nas-eleicoes-da-pb-21.10.2010>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos estudos CEBRAP*, n. 89, mar. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n89/01.pdf> >. Acesso em: 01 de maio de 2013.

PRANDI, Reginaldo. *Segredos guardados: orixás na alma brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Pombagira e as faces inconfessas do Brasil*. Disponível em: <www.fflch.usp.br/sociologia/prandi/pombagi.rtf>. Acesso em: 13 jun. 2012. In: PRANDI, Reginaldo. *Herdeiros do axé*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 139-164.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. *Funjope divulga vencedores do concurso Jackson Ribeiro*. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/funjope->

divulga-vencedoresdo-concurso-%C2%91jackson-ribeiro%C2%92/>. Acesso em: 11 ago. 2013.

SANT'ANNA, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira*. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SILVA, Paulo dos Santos; MARIANO, Ricardo. Política e religião: as eleições presidenciais de 2010. In: XII Salão de Iniciação Científica PUCRS. *Anais...* out. 2011. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/SIC/XII/XII/6/8/1/5.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

STEIL, Carlos Alberto. Eleições, voto e instituição religiosa. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 2, n. 3, set./2001. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/2708/1514>>. Acesso em: 01 de maio de 2013.

TERRA. *PB: municípios amanhecem com panfletos contra Ricardo Coutinho*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/pb-municipios-amanhecem-com-panfletos-contra-ricardo-coutinho,a1682dfd60e2d310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

TOMMASO, Wilma Steagall de. Maria Madalena nos textos apócrifos e nas seitas gnósticas. *Último andar: caderno de pesquisa em Ciências da Religião*, n. 14, jun. 2006. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/12896/9382>>. Acesso em: 23 de março de 2014.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.